



A TERRITORIALIZAÇÃO DAS CALÇADAS DO CENTRO DA CIDADE DE BOQUEIRÃO-PB: A PRIVATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Autor: Ayrla Julliana da Silva Costa; Co-autor: Renata Gisele C. Menezes; Orientador: Paulo Sérgio Cunha Farias

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) / aylrajulliana15@gmail.com

O texto apresenta resultados de pesquisa que analisou a maneira como está acontecendo a privatização dos espaços públicos da cidade de Boqueirão, especificamente das calçadas do centro do município, a categoria geográfica por nós adotada para a realização da análise é a de território. Para a concretização do trabalho, realizamos primeiramente um estudo bibliográfico; em seguida, fomos a campo coletar dados por meio de entrevistas semiestruturadas e materiais iconográficos; por fim, analisamos os dados e sistematizamos os resultados no presente artigo científico. Ao final da análise, pudemos verificar dois processos distintos de territorialização das calçadas.

Palavras-chave: Territorialização, espaço público, privatização.

1. Introdução

Já é do nosso conhecimento a triste e preocupante situação da educação pública brasileira. Uma porcentagem ainda expressiva de crianças entra e sai do nosso sistema de ensino sem terem o domínio de conhecimentos básicos de matemática, português, leitura etc.

Pior ainda é falar da disciplina de geografia que, na maioria das vezes, contribui para gerar aversão dos alunos em relação à área. Esta situação, de acordo com Farias (2007), é provocada por diversos fatores, tais como: a ênfase dada pelos docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental ao processo de alfabetização da língua escrita, o ensino marcado pela memorização de informações fragmentadas e descontextualizadas, além da falta de domínio das teorias e dos conceitos geográficos pelo professor desse nível do ensino.

Para Farias, “A leitura do mundo pelo aluno, como forma de prepará-lo para agir como cidadão ativo frente às questões que lhe são colocadas em seu cotidiano [...] deve ser estimulada já nos primeiros anos da sua formação escolar” (FARIAS, 2007, p. 164). Daí a inquestionável tese de que, além do referencial teórico-metodológico da educação, os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental precisam ter domínio dos referenciais teórico-metodológicos da Geografia.

Tal propriedade dos fundamentos da disciplina dará condições para o educador escolher qual a opção de geografia que deseja ensinar: o determinismo geográfico, o possibilismo geográfico, a nova geografia, a geografia humanística, a geografia cultural etc. Também permitirá escolher qual a visão de mundo ele deseja que o aluno aprenda durante a sua formação enquanto cidadão. Segundo Farias,

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



A Geografia se notabiliza, no conjunto das ciências sociais, por estudar a sociedade a partir de alguns conceitos ou categorias: espaço geográfico, território, paisagem, região e lugar. São estes conceitos ou categorias que, juntamente com os métodos e técnicas desta disciplina, dão a ela identidade entre as diversas especialidades do conhecimento científico. (FARIAS, 2007, p. 181)

De acordo com o autor, para um estudo ser avaliado como geográfico, necessita levar em consideração qualquer um dos conceitos ou categorias acima citados. Dessa maneira, na formação docente para a fase inicial do ensino fundamental, é imprescindível fornecer o domínio dos conceitos da geografia ao professor, para que o mesmo consiga propiciar aos seus educandos a construção de uma leitura crítica do mundo.

Levando em consideração a pertinência do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental ter o domínio dos referenciais teórico-metodológico da geografia, o presente trabalho é fruto de um estudo realizado na disciplina Geografia I na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ministrada pelo Professor Dr. Paulo Sérgio da Cunha Farias. Parte da seguinte inquietação: como está ocorrendo o processo de territorialização das calçadas do centro da cidade de Boqueirão-PB? Uma vez que o nosso objetivo é analisar a maneira como está acontecendo a privatização dos espaços públicos da cidade, especificamente das calçadas do centro do município, a categoria geográfica por nós adotada para a realização da análise é a de território. De acordo com Farias,

O território é um campo de forças, envolvendo relações de poder que delimitam áreas contínuas e descontínuas, nas quais o pertencimento ou não ao grupo social que as delimita e as apropria é o critério que define a permissão ou proibição ao acesso; os territórios de tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro são um exemplo contundente dessas relações de força se exercendo no espaço geográfico. (FARIAS, 2007, p. 187)

Com vistas às reflexões propostas e à apresentação e discussão dos dados, o texto está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, abordaremos o espaço público na atualidade; em seguida, discutiremos o conceito de território; posteriormente, analisaremos a privatização das calçadas no centro da cidade de Boqueirão e, por último, teceremos as nossas considerações finais acerca dos resultados obtidos.

2. Metodologia



Para a concretização do trabalho, realizamos primeiramente um estudo bibliográfico; em seguida, fomos a campo coletar dados por meio de entrevistas semiestruturadas e materiais iconográficos; por fim, analisamos os dados e sistematizamos os resultados no presente artigo científico. Ao final da análise, pudemos verificar dois processos distintos de territorialização das calçadas. Um diz respeito aos comerciantes que as utilizam como extensão do seu comércio para expor e até mesmo estocar mercadoria, e um outro aos motoqueiros que utilizam as calçadas como estacionamento.

A pesquisa bibliográfica para Moresi (2003), “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (p. 10).

De acordo com Monteiro (2010), a pesquisa bibliográfica “tem a incumbência de fundamentar teorias necessárias ao entendimento e compreensão dos elementos estudados pelo pesquisador” (p.103). Para o estudioso, uma boa investigação científica é aquela que requer um arcabouço teórico que só pode ser obtido em uma bibliografia composta de obras de referência e de trabalhos atuais sobre a matéria.

A escolha por entrevista partiu do conhecimento em saber de sua relevância que para Ludke e André (1986) é um instrumento fundamental para a coleta de dados. Apontam que “na entrevista a relação que se cria é de interação” (André e Ludke, 1986, p.33). Além do que, a entrevista permite que o investigador consiga dados imediato. Entre alguns tipos de entrevista, a escolhida que melhor se enquadrava para a coleta de dados, foi a entrevista semiestruturada, pois, permite que realize ajustes e modificações se fosse necessário.

3. Resultados e Discussão

3.1 O espaço público

Costumamos utilizar o termo “espaço público” em um sentido bastante amplo, como o de uma esfera pública, uma vez que se trata de uma denominação que engloba tudo o que se refere à vida pública. A “palavra ‘espaço público’ significa figurativamente, antes de tudo, a extensão [...] daquilo que é relativo e comum ao povo ou à coletividade, considerado em um certo espaço-tempo” (GOMES, 2010, p. 171).

A geografia vem insistindo na necessidade de discutir essa noção de espaço, visto que espaço geográfico e espaço público são conceitos com características diferentes.

Dessa maneira, um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar tanto a sua configuração física como o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele



passa, portanto, a ser visto como um conjunto inseparável que inclui as formas e as práticas sociais (GOMES, op. cit.).

Atrelada ao espaço público está, para Gomes, a cidadania, que é um pacto social estabelecido concomitantemente como uma relação de pertencimento a um determinado grupo e de pertencimento a um território.

Esse pacto associativo é formal e pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo. A coabitação desses indivíduos ocorre assim sobre um espaço que é também objeto de um pacto formal, que instaura limites, indica usos, estabelece parâmetros e sinaliza as interdições. Esse tipo de espaço normatizado é matriz do espaço público e o principal *locus* de reprodução da vida coletiva, e toda ação social que pretenda subverter a existência desse espaço ou transformar seu estatuto é necessariamente redefinidora dos termos e corresponde a um recuo do contrato inicial que funda a cidadania. (GOMES, 2010, 173-174)

Desta feita, é possível relacionar as mudanças na imagem da cidade com esse processo de recuo da cidadania. De acordo com Gomes (2010), a cidade hoje se apresenta de maneira fragmentada, como uma soma de parcelas, havendo uma multiplicação de espaços que são comuns, mas não públicos; há um confinamento dos terrenos de sociabilidade, pois utilizamos diversas formas de nos retirarmos do espaço público e os próprios modelos de lugares se redefiniram. Todos esses novos arranjos resultam em novas formas de se construir a vida coletiva e isso é o que Gomes chama de recuo da cidadania, que corresponde a um recuo paralelo do espaço público. O estudioso identificou quatro principais processos em que esse recuo pode ser caracterizado: a apropriação privada crescente dos espaços comuns; a progressão das identidades territoriais; o emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas. Para o nosso estudo, nos deteremos no processo crescente de apropriação privada dos espaços comuns, já que é ele o que melhor explica o processo de territorialização do nosso objeto de estudo: as calçadas do centro da cidade de Boqueirão.

Para Gomes (2010), essa apropriação dos espaços comuns pode compreender desde uma simples ocupação de uma calçada até o fechamento de ruas ou bairros, por meio de estruturas fixas ou até mesmo por instrumentos mais sutis e simbólicos. Um outro elemento pertinente nesta ação é o enorme crescimento do setor informal da economia que engloba camelôs, guardadores de carros, transportadores etc., cuja atuação desenvolve-se geralmente nos locais públicos, de maior circulação e valorização comercial, para explorar uma certa atividade em um local que, até então, deveria ser de livre acesso a todos. Gomes diz que “O livre acesso pressupõe a não-exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são os de interesse comum. Na prática, no entanto, o que ocorre é uma apropriação desses espaços” (GOMES, 2010, p.177).



No caso dos camelôs, eles começam com uma ocupação física mínima e, pouco a pouco, vão expandindo-a, chegando até mesmo a constituir verdadeiras instalações permanentes. Parafraseando Gomes, os terrenos se transformam em alvos de disputas e sobre o espaço público são estabelecidos verdadeiros loteamentos controlados por algumas pessoas. Conseqüentemente, as praças tornam-se grandes mercados e as principais ruas, pequenas vielas para a circulação dos transeuntes. De acordo com o autor,

Os lugares da vida pública, da deambulação, do passeio, do espetáculo da coabitação, da ideia de vida urbana, que construíram os grandes projetos urbanísticos do final do século XIX e começo do XX, desaparecem, dando lugar a um emaranhado de balcões de mercadorias. A dimensão do homem público se estreita, restringindo-se à de um mero passante ou no máximo se limitando à de um eventual consumidor. (GOMES, 2010, p. 178)

Em relação aos efeitos dessas práticas de privatização, Gomes diz que há uma degradação moral desses espaços, na medida em que ocorre uma quebra do contrato que prevê a maneira e os limites para a ocupação dos mesmos, que cuida do patrimônio comum e procura garantir igualdade de condições de utilização a todos.

Muitos são os expedientes móveis que também são utilizados em ocupações, a exemplo de caminhões que estacionam para vender mercadoria, pequenos comerciantes que se instalam nas calçadas com suas bancas e mercadoria e bares que passam a utilizar as calçadas como extensão física do estabelecimento. De acordo com Gomes, além da degradação dos espaços físicos, também temos a substituição da ideia de espaço público como espaço de convivência e, sobretudo, de respeito ao outro.

Baseando-nos nessas premissas, em seguida, abordaremos o conceito geográfico de território, dado que a nossa análise está baseada no conceito supracitado, com vistas a auxiliar na compreensão do presente trabalho, especificamente, como a apropriação das calçadas do centro de Boqueirão transforma esses espaços públicos em territórios.

3.2 A categoria geográfica território

O conceito de território, na grande maioria das vezes, é reduzido ao de Estado-Nação, ou seja, ao espaço do território nacional, visão que, segundo Souza (2013), é mantida até por pesquisadores profissionais. Dessa forma, o território é reduzido a um espaço apenas geográfico, o que traz a necessidade de alargamento do conceito. Quanto a isto, Souza (2000) aponta que o território se constitui em um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, porém, a questão norteadora maior deste conceito é quem está ligado a este espaço e como o influencia.



O conceito de poder, referido aqui, pode sofrer confusões. Segundo Arendt (1983 apud SOUZA, 2013, p. 79-80), o poder é confundido com violência, força, vigor e dominação. Assim, é necessário diferenciar a força do poder, pois enquanto a força é algo que parte da qualidade de um indivíduo, o poder só existe quando vários indivíduos agem juntos. Tratando da confusão entre poder e violência, como aborda Souza (2013), estes dois conceitos são, na verdade, opostos, pois quando há violência, é sinal de que o poder está sendo perdido, mas isso não quer dizer que a violência seja totalmente inexistente onde há exercício de poder, sendo esta utilizada, às vezes, em último caso.

Assim como para existir um território são necessárias relações de poder, para exercer um poder, é preciso a existência de um território. Como afirma Souza (2013), não tem como existir poder sem um limite espacial, portanto, sem um espaço geográfico. Sendo assim, para que o interesse de territorialização ocorra, existem inúmeros fatores, tanto referentes a benefícios estruturais, quanto a motivos culturais de um determinado espaço. Diante disso, é muito importante que se alargue o conceito do território, não o reduzindo a Estado-Nação, não levando em conta seu aspecto primordial: o espaço que estabelece uma relação de poder.

O conceito de território surge a partir da Geografia Política, como esclarece Souza (2000), definido como o espaço geográfico concreto, socialmente construído. Reafirmando este novo olhar para o conceito de território, parafraseando Farias (2007), o território trata-se de um campo de força. Nele, existe relação de poder que determina quem pode ter acesso a espaços delimitados, acesso este dependente do pertencimento a determinados grupos existentes na sociedade.

Como cita Ferreira (2007), o território apresenta diferentes classificações e acontece em diversas escalas de tempo e espaço. Sendo assim, pode ter proporções de imensos espaços ou simplesmente ocupar uma calçada, pode variar em sua existência, durando séculos ou apenas um período curto, de um dia ou até mesmo horas.

Da mesma forma como existe a territorialidade, também pode ocorrer o inverso, fenômeno caracterizando-se como de desterritorialidade. Este termo faz referência ao processo de desapropriação ou extinção de um espaço em si, ou da permanência de um determinado grupo social, que exercia sua influência por meio de uma relação de poder sobre um determinado local. Este processo pode acontecer de forma gradativa e por meio da própria cultura em transformação, ou de maneira abrupta, sendo resultado de uma expulsão forçada, como ocorreu no próprio processo de territorialização do Brasil, no qual foram retirados dos habitantes nativos, os índios, os seus territórios.



Como podemos perceber, em nossa sociedade ocorre um constante movimento de relações de poder, sendo a territorialização dos espaços públicos da nossa cidade um ponto que devemos observar e que faz parte desta relação. Diante disso, é de grande relevância para nós, futuros professores, compreendermos de forma ampla o conceito de territorialidade, pois isto nos ajuda a construir o conhecimento do mundo de forma vasta, reconhecendo e analisando a sociedade existente de modo crítico, procurando interpretá-la em toda a sua complexidade.

3.3 A territorialização das calçadas de Boqueirão

Boqueirão é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Campina Grande, do estado da Paraíba. Sua população em 2016 foi estimada, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 17.757 habitantes, distribuídos em 374,523 km² de área. Na classificação das microrregiões, Boqueirão encontra-se na microrregião dos Cariris Velhos, tendo por limites demarcatórios ou fronteiriços as cidades de Campina Grande, Caturité, Cabaceiras, Barra de Santana e Riacho de Santo Antônio. No tocante ao aspecto climático, verifica-se o clima quente e seco, com temperatura máxima em torno de 37°C e mínima de 16°C. O município apresenta uma estrutura comercial bastante diversificada, com micro e pequenos empresários que investem tanto no comércio de bens de consumo quanto nas construções e moradias, como também, empresários do setor têxtil, tanto artesanal quanto industrial, como é o caso do comércio de tapetes e redes, e da confecção de roupas em jeans.

Os espaços analisados encontram-se no centro da cidade de Boqueirão, estão localizados em quatro ruas distintas, mas próximas, sendo estas de grande movimentação de pessoas, principalmente em dia de feira livre. Entre os locais analisados estão o entorno do Mercado Municipal, no qual se encontra a praça dos mototaxistas e estabelecimentos privados como, por exemplo, loja de rações e trailer.

Para estudarmos estes espaços e compreendermos a apropriação que ocorre nestes lugares é fundamental compreendermos o conceito de rua. Sobre o lugar rua, com base em Callai (2014), a concebemos como espaço de trânsito, encontro, circulação, lazer, trabalho, espaço coletivo etc. E uma vez estando a rua situada na cidade, concordamos com o autor supracitado ao definir a cidade como

(...) um lugar de concentração da população, é o espaço, via de regra, onde as relações humanas acontecem de maneira mais acentuada, mais intensa, mais complexa. Pode-se dizer que tudo que está mais aproximado. Sendo o resultado do processo de urbanização, a cidade representa antes de mais nada os laços que ligam as várias pessoas que compartilham um mesmo território para morar, para trabalhar, para satisfazer suas necessidades de sobrevivência. (CALLAI, 2014, p. 108)

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Em relação ao nosso objeto de estudo, nos detemos em quatro ruas do centro da cidade, a Epitácio Pessoa e a Largo do Mercado Municipal. Conseguimos verificar dois tipos de territorialização das calçadas: uma por parte dos comerciantes, a outra pelos motoqueiros, e um terceiro caso particular que se configura como um exemplo de desterritorialização.

Figura 1



Fonte: Google

O centro da cidade de Boqueirão é constituído por lojas e vendas com diversas características. Alguns desses estabelecimentos comerciais privatizam as calçadas, fazendo delas extensões de seus comércios. Como ressalta Gomes (2010), muitas vezes, os indivíduos ocupam as calçadas, que são uma área pública, como se fossem um espaço privado, reduzindo, assim, o local destinado à circulação dos transeuntes, como podemos observar na figura 2.

Figura 2



Fonte: Renata Menezes; Ayrila Costa

É possível constatar, na figura acima, que a calçada é utilizada como meio de exposição dos produtos. Os comerciantes muitas vezes não reconhecem que a calçada não é um local privado, desconhecem as legislações que asseguram estes locais como lugares de circulação da população, devendo garantir sua mobilidade e acesso. Relatam que é preciso utilizar o espaço para a visualização dos produtos, afirmando que não

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br

bloqueiam totalmente as calçadas. Já a população ouvida, principalmente os idosos, reclama da falta de espaço, pois os obstáculos são muitos, o que os obriga a transitar pela rua, gerando riscos, visto que o centro da cidade é bastante movimentado, principalmente pela grande quantidade de motocicletas que circulam durante todo o dia.

Sobre o caso dos motoqueiros, assim como dos motoristas, Gomes diz que “De fato, o que ocorre é uma requalificação do espaço, que muitas vezes resulta em sua degradação: calçadas se quebram [...], congestionamentos se multiplicam, as passagens de pedestres são ocupadas etc.” (GOMES, 2010, p.178).

Conseguimos verificar que os próprios comerciantes que trabalham no mercado público estacionam as suas motocicletas nas calçadas, mas também os consumidores que frequentam o local. Em ambas as imagens, é possível perceber que os transeuntes precisam se deslocar para o espaço destinado ao trânsito dos carros para conseguirem se locomover. Essa prática tem “uma gama de efeitos que não pode ser medida de forma direta” e que desrespeita “o contrato que prevê a forma e os limites para a ocupação dos espaços. [...] Poderíamos dizer que se processa assim uma degradação moral desses espaços” (GOMES, 2010, p. 179), tendo em vista que há uma distorção da sua real utilidade para a vida pública. Como mostram as imagens 3 e 4, o local destinado à livre circulação da população é utilizado como estacionamento público.

Figura 3



Fonte: Renata Menezes; Ayrila Costa

Figura 4



Fonte: Renata Menezes; Ayrila Costa

Também observamos no centro da cidade um caso de desterritorialização, que se configura como um “desenraizamento, de indivíduos e de grupos sociais inteiros; e pode também implicar a privatização do acesso a recursos e riquezas” (SOUZA, 2013). Para este autor, as consequências da desterritorialização não só se referem ao espaço físico que um grupo social ocupa, mas interferem em toda a sua organização e maneira de viver.

O processo de desterritorialização observado permeia o favorecimento de uma pequena minoria de comerciantes, que passaram a ocupar, de

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



modo permanente, a área em frente ao mercado, o que, após sua reforma, estava proibido pela prefeitura. Anteriormente, o exterior do mercado municipal era cercado por estabelecimentos comerciais com estruturas de madeira, improvisadas. Após a reforma, a qual foi finalizada no início do ano 2000, como podemos observar na diferença entre as figuras 5 e 6, houve a padronização dos quiosques e, conseqüentemente, os comerciantes que antes ocupavam pontos estratégicos à frente do Mercado, tiveram que ir para os pontos determinados pela prefeitura. Porém, alguns anos depois, como podemos observar na imagem 6, houve a reterritorialização da área, já que foi novamente construído um ponto comercial no local. Vale salientar que outros feirantes que já trabalhavam no local já haviam tentado, junto à prefeitura, voltar a trabalhar no ponto, no entanto, não conseguiram autorização.

Figura 5



Fonte: Google

Figura 6



Fonte: Renata Menezes; Ayrila Costa

Além disso, deparamo-nos com modelos cíclicos de territorialização, que Souza (2013) conceitua como os espaços que possuem usos diversos variando de acordo com o horário. Nas imagens 7 e 8, podemos perceber que o uso do local é variado, pois durante o dia, é espaço de circulação de pedestres e ao entardecer a calçada é ocupada por carrocinhas de venda de lanches. Há dias em que uma grande área é totalmente ocupada, inviabilizado completamente a passagem de pedestres.



Figura 7



Fonte: Renata Menezes; Ayrila Costa

Figura 8



Fonte: Renata Menezes; Ayrila Costa

Como aponta Gomes (2010), a grande parte do setor informal se estabelece em espaços públicos com grande movimentação de pessoas, dificultando consequentemente a circulação dos transeuntes nestes locais que deveriam ser justamente de livre acesso. Dessa forma, o que há é a territorialização dos espaços, uma vez, os comerciantes apropriam-se destes espaços diariamente para fins particulares, no caso a comercialização de bebidas alcoólicas e alimentos.

4. Conclusões

A realização da presente pesquisa tornou-se duplamente significativa para nós. Primeiro, devido ao fato de termos estudado a nossa realidade, a cidade em que moramos; segundo, porque finalmente tivemos a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos obtidos no decorrer da disciplina Geografia I na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Ao final do estudo, alcançamos o nosso objetivo e conseguimos analisar como se dá o processo de territorialização das calçadas das principais vias do centro de Boqueirão-PB, seja pelos comerciantes ou pelos motoqueiros. Ademais, também conseguimos confirmar a presença, nesse contexto, de casos de desterritorialização e de territorialização cíclica.

Além disso, a pesquisa contribuiu para que compreendêssemos o que a população pensa acerca dessa ocupação. Percebemos que muitos indivíduos, tanto os comerciantes como os transeuntes, não concebem as calçadas como espaços públicos de livre acesso e circulação dos indivíduos. Por isso, as utilizam como propriedade privada, de acordo com as suas necessidades.

No entanto, algumas pessoas, principalmente os idosos, mostram-se incomodados com a situação, uma vez que, a passagem nas calçadas fica obstruída com as motocicletas estacionadas e os produtos das lojas expostos. E, como sabemos, normalmente devido à idade, eles já possuem dificuldades de locomover-se. Desta forma,

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



concluímos que é preciso haver uma conscientização da população sobre o real significado do espaço público, para que, então, as calçadas parem de ser privatizadas e possam cumprir a sua verdadeira função.

5. Referências Bibliográficas

CALAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: Helena Copetti callai, Nestor André Kaercher (Org.) **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

GOMES, Paulo Cesar Gomes. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FARIAS, Paulo S. C. A formação do professor de geografia para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. In: LEAL, Fernanda de L. A.; FARIAS, Paulo S. C. (Org.). **A formação do professor em foco: interfaces entre saberes e fazeres**. Campina Grande: EDUFPG, 2007. p. (77-106).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. de. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 1-44.

MONTEIRO, Eder Ferraz. Metodologia de Pesquisa. 2010. Revista das Faculdades Santa Cruz. v. 8, n. 1, jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://santacruz.br/v4/download/revista-academica/14/17-metodologia-de-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 30 mai. de 2017.

MORESI, Eduardo. Metodologia da pesquisa. Brasília: Universidade católica de Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 30 mai. de 2017.

SOUZA, Marcelo L. de. O território sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Irá E. de; GOMES. Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2000.

_____. Território e (des)territorialização. In: _____. **Os conceitos da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-11